



CORPAS, Danielle. Forja épica e sentido trágico de *Grande sertão: veredas*. In: **Revista Épicas**. Ano 4, N. 8, Dez 2020, p. 21-32. ISSN 2527-080-X. DOI: <http://dx.doi.org/10.47044/2527-080X.2020v8.2132>

FORJA ÉPICA E SENTIDO TRÁGICO DE *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*¹

EPIC FORGE AND TRAGIC MEANING IN *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*

Danielle Corpas²
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

RESUMO: O artigo procura demonstrar que a tonalidade épica de *Grande sertão: veredas* aponta para um sentido trágico na representação da matéria brasileira, uma vez que a composição de Guimarães Rosa sinaliza o eterno-retorno de violência sistêmica, a não-superação de problemas da experiência social.

Palavras-chave: *Grande sertão: veredas*; Guimarães Rosa; tragédia moderna

ABSTRACT: This article seeks to demonstrate that the epic tonality of *Grande sertão: veredas* points to a tragic sense in the representation of Brazilian matter, since Guimarães Rosa's composition signals the eternal return of systemic violence, the non-overcoming of problems of social experience.

Keywords: *Grande sertão: veredas*; Guimarães Rosa; modern tragedy

¹ Este texto, apresentado no 13º Congresso Alemão de Lusitanistas (Universidade de Augsburg, 2019), retoma considerações sobre a obra de Guimarães Rosa que desenvolvi em dois livros: *O jagunço somos nós: Visões do Brasil na crítica de Grande sertão: veredas* (Campinas: Mercado de Letras, 2015) e *Armas & Letras – e outros ensaios sobre Guimarães Rosa* (Rio de Janeiro: Desalinho, 2019).

² Doutora em Teoria Literária (UFRJ, 2006). Professora do Departamento de Ciência da Literatura da UFRJ. daniellecorpas@letras.ufrj.br.

Introdução

A ressonância da tradição épica na obra de Guimarães Rosa é tópico recorrente na fortuna crítica do autor, e na de *Grande sertão: veredas* em especial. Já na primeira recepção do romance de 1956 o tema foi posto em pauta por Antonio Candido, em “O sertão e o mundo” (republicado depois com o título “O homem dos avessos”), e, com mais minúcia, por Manuel Cavalcanti Proença, que chega a afirmar: “Se há necessidade de classificação literária para *Grande sertão: veredas*, não há dúvida que se trata de uma epopeia” (PROENÇA, 1959, p. 166). Reflexões relevantes a respeito de elementos épicos na narrativa surgiram também no início da década de 1970: em *As formas do falso*, Walnice Nogueira Galvão problematizou a “matéria imaginária” da cavalaria; José Hildebrando Dacanal apresentou uma avaliação bastante original da feição épica do romance em “A epopeia de Riobaldo”. O debate em torno da questão ganhou novo fôlego entre os anos 1990 e 2000, momento em que foram publicados estudos que mudaram o rumo das leituras do *Grande sertão*. Apenas para lembrar alguns dos trabalhos que trataram mais diretamente do assunto: Ana Luiza Martins Costa mapeou referências a Homero em anotações do escritor; Davi Arrigucci Jr. tratou da mistura de gêneros; Willi Bolle pôs em xeque a grandiloquência épica da narrativa.

É compreensível que esse acúmulo crítico tenha se consolidado, afinal muitos elementos épicos são flagrantes em diversas camadas de *Grande sertão: veredas*, mesmo se levarmos em conta aspectos bem básicos da teoria dos gêneros. Há recurso a matrizes épicas no enredo que conjuga os dois grandes temas da epopéia homérica (a guerra e a viagem); ressonâncias da novela de cavalaria na caracterização de personagens; retomada da tradição épica na narração começando *in media res*, que emula a transmissão oral, voltando-se para o passado e votando-se à totalização de um sentido para as aventuras do herói, trajetória individual que diz respeito à história de toda uma coletividade.

É esse último aspecto épico que interessa especialmente aqui: o sentido configurado para uma experiência coletiva por meio da apresentação de um destino singular, que assume ares de ação exemplar. No caso de *Grande sertão: veredas*, com tudo o que há de épico no modo como é figurada a experiência social, esta se reveste de um caráter que podemos chamar de trágico. Em outras palavras: o romance se reveste de sentido trágico *inclusive* por conta da incorporação

de modelos da tradição épica na forja da narrativa – uma “conversa nossa de relato”, como diz Riobaldo (ROSA, 1986, p. 397).

1. Tragédia moderna

Convém esclarecer que o termo “trágico”, empregado aqui a propósito de uma narrativa do século XX, guarda os traços de especificação histórica que Raymond Williams delineou no estudo *Tragédia moderna*, de 1966.

Williams parte do hiato entre, de um lado, o sentido corriqueiro de “tragédia” (como catástrofe, desgraça ou incidente funesto) e, de outro, a teoria da tragédia cultivada pela tradição erudita a partir da dramaturgia da Grécia antiga. Sua concepção de tragédia moderna é formulada como resposta ao que considera uma cisão problemática, entre o que seria o sentimento de tragédia na prática, do ponto de vista do homem comum e da experiência social, e as diversas e complexas acepções filosóficas do termo – “Temos de reconhecer o sofrimento em uma experiência imediata e próxima, e não encobri-lo por meio de uma busca de nomes e definições” (WILLIAMS, 2002, p. 114). Não que esse encaminhamento faça *tabula rasa* da densidade filosófica da teoria da tragédia, em suas diversas vertentes. Pelo contrário, são discutidos traços distintivos do que seria o trágico, conforme as diferentes concepções que integram uma vigorosa tradição na filosofia e na arte, procurando-se compreender a correlação entre os aspectos reconhecidos como próprios da tragédia em cada momento e os processos históricos em curso. Distinguir o que seria o trágico propriamente moderno implica, assim, “entender e descrever não apenas a teoria trágica, mas também a experiência trágica da nossa própria época” (Idem, p. 87).

Para chegar ao ponto que interessa a respeito da dimensão trágica de *Grande sertão: veredas* será suficiente lembrar um dos aspectos da teoria da tragédia que o autor examina: a contraposição entre ordem e acidente, e entre ordem e desordem. Esta é uma componente decisiva no sentido moderno de tragédia proposto por Williams, a partir de um trecho de Marx em *Contribuição para a crítica da filosofia do direito de Hegel*. Resumindo muito a questão: o que Raymond Williams faz é deslocar o centro de gravidade do debate sobre o trágico para a experiência universal do sofrimento secular resultante, conforme os termos de Marx, da “injustiça geral” que conforma as sociedades capitalistas, a experiência universal do sofrimento

secular resultante da “*perda total* de humanidade que pode apenas redimir-se por uma *total redenção da humanidade*” (Idem, p. 104-105). Assim, um dos principais eixos na definição de trágico moderno que emerge no estudo de Williams funda-se numa condição histórica comum, na experiência comum da privação, da iniquidade, das diversas modalidades de violência instituídas e reproduzidas sistematicamente – uma desordem ordenadamente ou sistematicamente produzida. O sentido político radical dessas ideias de Raymond Williams sobre a tragédia foi sublinhado no prefácio de Iná Camargo Costa à edição brasileira de seu livro:

o autor desenvolve uma reflexão notável sobre as relações entre ordem, desordem e revolução para demonstrar cabalmente que, no sistema capitalista, o que aparece como ordem é por definição a produção metódica da desordem (desigualdade, humilhação, violência, privação, injustiça), enquanto a desordem a ser necessariamente produzida pela revolução tem por finalidade a criação de uma nova ordem. Outro aspecto da tragédia de nosso tempo é a incompreensão dessa dialética. Decorre desse diagnóstico uma tarefa artística revolucionária: a exposição da verdadeira desordem. (In: WILLIAMS, 2002, p. 16).

É a partir dessa abordagem da tragédia moderna que proponho pensar o que há de trágico no romance de Guimarães Rosa.

2. Ordem e desordem à brasileira

Na sequência cronológica das aventuras do jagunço Riobaldo, os conflitos de que participou começam com a ação de um grupo paramilitar comandado por Zé Bebelo. Este havia chegado de Goiás, contratado para dar combate aos bandos de jagunços dos coronéis que dominam o sertão de Minas Gerais. “O fim de tudo, que seria: romper em peito de bando e bando, acabar com eles, liquidar com os jagunços, relimpar o mundo da jagunçada braba” (ROSA, 1986, p. 110). Essa liquidação violenta abriria caminho para a implementação de uma nova ordem, culminando com a modernização do sertão – pelo menos era isso que anunciava Zé Bebelo: “Dizendo que, depois estável que abolisse o jaguncismo, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreado mil escolas” (Idem, p. 111). O contratante de Zé Bebelo, ao que tudo indica, é o próprio Governo brasileiro, então a cargo de inimigos políticos do grupo de fazendeiros locais liderado por Joca Ramiro. Não por acaso, nos discursos com os quais procurava angariar apoio dos “municipais do lugar”, Zé Bebelo prometia “muita coisa republicana” (Idem, p. 113-114).

O contexto, portanto, é o da disputa entre proprietários rurais, nos moldes da vida política no Brasil da Primeira República. Tanto que, embora anuncie que sua missão é acabar com a jagunçagem, Zé Bebelo também se utiliza de jagunços, só que reunidos por convocação e com pagamento semanal. Enquanto os jagunços subordinados a Joca Ramiro, Sô Candelário ou Ricardão eram moradores de suas terras, vaqueiros e agricultores eventualmente convertidos em braços armados para disputas territoriais e políticas, conforme o modelo tradicional de relação entre fazendeiros e homens pobres no sertão, os homens que Zé Bebelo chefiava – também pobres, claro – tinham sido contratados especificamente para aquela empreitada. Nessa diferença entre os bandos se anuncia um movimento de mudança conservadora no sertão: as relações de trabalho já não são estritamente as tradicionais, já são, por assim dizer, modernas, regidas por uma espécie de racionalidade empresarial – mas permanecem mescladas à lógica arcaica da lei do mais forte.

O mais emblemático episódio da mudança conservadora da ordem jagunça, da modernização conservadora, ocorre quando, depois de uma série de batalhas, o bando de Zé Bebelo é derrotado e ele é feito prisioneiro. É a grande reviravolta no curso da guerra, com a instalação do “tribunal” de jagunços que julga Zé Bebelo. A instalação do tribunal, a realização do julgamento, de fato, a princípio, subverte o costume jagunço, cuja praxe era simplesmente matar o inimigo capturado (eventualmente depois de tortura). Porém, a transformação da ordem violenta é apenas parcial ou aparente. É certo que o julgamento de Zé Bebelo parece sinalizar avanço civilizatório, na medida em que encena a institucionalidade do estado de direito. Mas tudo não passa mesmo de uma encenação da legalidade institucional, pois continua sendo o poder privado do chefe-mor Joca Ramiro que patrocina a nova forma de dirimir conflitos. A subsistência da autoridade patriarcal e patrimonialista, o fusionamento de poder privado e poder público, típico do coronelismo, fica evidente no momento em que Joca Ramiro proclama a pena de exílio para Zé Bebelo:

Joca Ramiro ia decidir! [...] Era a hora. O poder dele veio distribuído endireito em Zé Bebelo. O quando falou:

– “O julgamento é meu, sentença que dou vale em todo este norte. Meu povo me honra. Sou amigo dos meus amigos políticos, mas não sou criado deles, nem cacundeiro. A sentença vale. A decisão. O senhor reconhece?” (ROSA, 1986, p. 244).

A não-superação do estado de coisas autoritário e violento se explicita logo depois da dissolução do tribunal, quando Hermógenes e Ricardão matam Joca Ramiro à traição, revoltados com a pacificação negociada com o julgamento. Começa então uma segunda guerra, que não é simplesmente demanda de vingança, luta de honra ao modo épico, como faz crer na maior parte do tempo o relato de Riobaldo. Não é difícil perceber que se trata, novamente, de confronto entre grupos rivais na distribuição de poder na região. Agora, os coronéis fiéis à memória de Joca Ramiro mantêm a aliança inicial, enquanto Hermógenes e Ricardão agem para redefinir o peso de sua autoridade, que fora afrontada pela hegemonia de Joca Ramiro.

Essa lógica dos interesses dos grandes proprietários se explicita mesmo durante o julgamento de Zé Bebelo, com o pronunciamento de Ricardão, personagem que é porta-voz da razão político-financeira que determina a ação dos bandos. Ao argumentar a favor da execução do prisioneiro, ele lembra que o grupo reunido ali tinha “responsabilidade” com outros aliados, que estavam tendo prejuízos materiais com a disputa: “Esses estão aguentando acossamento do Governo, tiveram que sair de suas terras e fazendas, no que produziram uma grande quebra, vai tudo na mesma desordem...” (ROSA, 1986, p. 233-234). A ação de Ricardão e Hermógenes procura reestabelecer a ordem sertaneja. Com o assassinato de Joca Ramiro, o acordo não-violento obtido com o tribunal engendra outra guerra, ainda mais brutal que a primeira. Depois de várias batalhas e trocas de comando, sob a chefia de Riobaldo, os ramiros finalmente derrotam os inimigos e parece finalmente instaurada uma nova ordem no sertão. O narrador se vangloria disso nas últimas páginas do livro: “eu tivesse vindo, corajoso, para derrubar o Hermógenes e limpar estes Gerais da jagunçagem” (ROSA, 1986, p. 533).

Vai aí boa dose de exagero, porque a lógica da jagunçagem continua incubada mesmo no presente da narração, nos tempos mais pacíficos em que o velho Riobaldo rememora sua história. Mas ele em mais de um momento insiste em sublinhar a ocorrência da mudança, a transformação da ordem geral do mundo-sertão: “Tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada” (ROSA, 1986, p. 17). Sem dúvida, há mudanças acontecendo naqueles anos em que viveu o jagunço Riobaldo. No entanto, são mudanças de caráter limitado, contraditórias. Transformação sem superação, reconfiguração da ordem que reproduz a desordem. O destino de Zé Bebelo ilustra bem esse processo. Na época

em que empregava jagunços a soldo do Governo, ele tinha aspirações a deputado – e de fato demonstra ter algum atributo para a carreira, pelo menos sabe fazer discursos demagógicos que empolgam a população local. Mesmo depois de derrotado, quando muda de lado e passa a liderar os jagunços para vingar o assassinato de seu bem-feitor Joca Ramiro, Zé Bebelo não abre mão das ambições políticas – que em certa medida não deixam de significar uma aposta na vigência da institucionalidade em lugar da lei do mais forte. Mas Zé Bebelo termina o romance é como negociante de gado, “[a] ganhar o muito dinheiro” e com planos de ir para a capital para “[m]over com comércio, estudar para advogado” (ROSA, 1986, p. 536-537). Toda a sua fala “muito nacional” (Idem, p. 114), toda a grandiloquência das promessas para o progresso do sertão caem por terra – o que interessa mesmo é “ganhar o muito dinheiro”. É curioso também que, até o fim, o valor que confere à civilidade urbana não seja incompatível com a ação de valentão. Pelo contrário: muito pragmático, ele calcula que seria vantajoso para os negócios publicar seus feitos como chefe jagunço em jornais da capital.

Então, no cômputo geral, se “os costumes demudaram”, como diz Riobaldo, não é verdade que “nem não sobra mais nada” do velho mundo-sertão. Se o fluxo das guerras conduziu a uma nova ordem, o princípio da violência permanece nela latente. Em plena arrancada modernizadora no Brasil de meados dos anos 1950, quando o livro foi lançado, a forma do romance de Rosa parece sinalizar o eterno-retorno da violência sistêmica que mantém cindida a sociedade brasileira. Parece sinalizar a não-superação de problemas com os quais continuamos a nos debater.

Continuamos a nos debater inclusive neste exato momento. Na página infeliz da nossa história por que passamos hoje, testemunhamos mais uma vez o eterno-retorno da violência sistêmica da sociedade brasileira. Agora, sob um governo facínora, conivente com forças paramilitares, alavancado por fundamentalismo religioso, interesses financeiros dos mais predatórios, mórbidos mesmo, e por manobras legislativas, judiciais e midiáticas que deixam bem claro o quanto os princípios republicanos são frágeis no Brasil, nessa sociedade por séculos ordenada conforme os termos da mentalidade escravocrata, do autoritarismo patriarcal e do mandonismo – premissas que vêm determinando nossa vida social, de forma sempre atualizada, sempre em sintonia com o andamento do capitalismo mundial.

3. Autojustificação épica

Diante do Brasil de hoje, *Grande sertão: veredas* se mostra, infelizmente, de uma atualidade impressionante. O próprio Guimarães Rosa disse uma vez, em entrevista a Günter Lorenz, que Riobaldo “é apenas o Brasil” (LORENZ, 1994, p. 60). De fato, a história de Riobaldo é, entre outras coisas, história de gente pobre implicada na reconfiguração da ordem fundada em mentalidade escravocrata, autoritarismo patriarcal e mandonismo. Entre outras coisas, *Grande sertão: veredas* é história de jagunços, contada por quem foi jagunço, foi chefe de jagunços e, com isso, se alavancou na escala social, tornando-se fazendeiro. É essa a situação do protagonista-narrador Riobaldo: no presente da narração, ele é proprietário de terras no sertão de Minas Gerais.

A ambígua condição de classe que Guimarães Rosa forjou para o protagonista-narrador de seu romance contribui para a constituição da dimensão épica da narrativa, ao mesmo tempo em que coloca sob suspeita a projeção da trajetória do ex-jagunço à positividade de um destino exemplar, travessia de “homem humano”. A positivação da travessia de Riobaldo fica posta em xeque porque, no regime de leitura instigado pela composição singular desse romance, a inflexão épica serve ao propósito de autojustificação desse ambíguo herói.

Afinal, quem é Riobaldo, esse personagem que é “apenas o Brasil”? Sabemos que o herói de *Grande sertão: veredas* nasceu filho de mãe pobre e sozinha, filho bastardo do fazendeiro Selorico Mendes. Quando a mãe morreu foi viver como agregado junto ao suposto padrinho, que o fez estudar e aprender a atirar. Destaca-se depois como bom atirador em disputas nas quais homens pobres se entrematavam sob o mando dos fazendeiros que loteavam poder político, terra e outros privilégios no Brasil do fim da Primeira República, testemunhando, como vimos, o momento em que começam a se instaurar no sertão, de modo incipiente e inconsistente, os ares modernizadores do progresso técnico e da instucionalidade legal. Nosso herói alcança o posto de chefe do bando de jagunços vitorioso e, com esse prestígio, garante tanto o casamento com a filha de um fazendeiro quanto a herança do pai tido como padrinho. O velho Riobaldo, que pode fazer um mergulho épico na memória e refletir sobre o sentido de sua experiência, é um homem

de posses, que continua contando com a lealdade de alguns ex-companheiros de jagunçagem – homens pobres do sertão que, no presente da narração, são meeiros em suas terras. Essa situação privilegiada, que mesmo em tempos de paz permanece garantida pela força das armas e pelo mecanismo do favor, é apresentada logo no início do relato:

Mas hoje, que raciocinei, e penso a eito, nem por isso não dou por baixa minha competência, num fogo-e-ferro. A ver. Chegassem viessem aqui com guerra em mim, com más partes, com outras leis, ou com sobejos olhares, e eu ainda sorteio de acender esta zona, ai, se, se! É na boca do trabuco: é no te-retê-retém... E sozinho não estou, há-de-o. Pra não isso, hei colocadoi redor meu minha gente. Olhe o senhor: aqui, pegado, vereda abaixo, o Paspé – meeiro meu – é meu. Mais légua, se tanto, tem o Acauã, e tem o Compadre Ciril, ele e três filhos, sei que servem. Banda desta mão o Alaripe [...] E não vou valendo? Deixo terra com eles, deles o que é meu é, fechamos que nem irmãos. Pra que eu quero ajuntar riqueza? Estão aí, de armas areiadas. Inimigo vier, a gente cruza chamado, ajuntamos: é hora de um bom tiroteio em paz, exp'rimentem ver. (ROSA, 1986, p. 15-16).

No plano da consciência do herói do romance, o problema é que, para alçar-se à condição de “fazendeiro estadonho”, para vencer a guerra e assim obter os bens e a posição social que o salvaram das agruras da miséria, talvez tenha vendido a alma ao Diabo, ficando irremediavelmente comprometido com o Mal. O problema, pelo que conta, é que foi depois de buscar ajuda do Demônio que alcançou a vitória, na mesma batalha em que morreu Diadorim, seu grande amor – enquanto ele, na posição de chefia, salvou-se permanecendo distante da luta corpo-a-corpo com os inimigos.

Muito resumidamente, é essa a fabulação motivadora do afã de autojustificação que tem o narrador de *Grande sertão: veredas*. O relato de Riobaldo, com todas as suas dúvidas e impasses metafísicos sobre o Bem e o Mal universais, sobre a Justiça e sobre a justeza de suas ações pregressas, converge para a tentativa de garantir adesão ao seu ponto de vista, promover a comoção e obter a empatia do sujeito a quem narra sua história: um ouvinte culto e urbano, “doutor” em visita ao sertão, cuja fala é eclipsada no texto, de tal modo que esse interlocutor fantasmático se delinea como projeção do leitor inscrita na moldura dramática de *Grande sertão: veredas*.

Um efeito dessa arquitetura do romance que prevê lugar para o leitor foi objeto de um comentário muito esclarecedor de Antonio Candido, que vale lembrar aqui porque ajuda a pensar uma função assumida pelas ressonâncias épicas.

Já na resenha com que saudou o lançamento de *Grande sertão: veredas* em 1956, Candido notou que o resultado de alto nível estético alcançado pela inventividade do escritor mineiro é tributário da descoberta das “leis mentais e sociais do mundo que descreve” (CANDIDO, 2002, p. 191). A princípio, para o sujeito culto e urbano que é o leitor de Rosa, seria difícil compreender efetivamente as leis mentais e sociais do mundo-sertão em que viveu Riobaldo. Mas a distância que separa o leitor daquele universo parece abolida pelo engenho estético do romancista, que faz o “doutor” esposar a visão do jagunço. Essa é uma percepção importante que Candido formulou de modo mais acabado dez anos mais tarde, no ensaio “Jagunços mineiros de Claudio a Guimarães Rosa”:

Do ângulo do estilo, ser jagunço e ver como jagunço constitui portanto uma espécie de subterfúgio, ou de malícia do romancista. Subterfúgio para esclarecer o mundo brutal do sertão através da consciência dos próprios agentes da brutalidade; malícia que estabelece *um compromisso e quase uma cumplicidade, segundo a qual o leitor esposa a visão do jagunço* porque ela oferece uma chave adequada para entrar no mundo-sertão. Mas sobretudo porque *através da voz do narrador é como se o próprio leitor estivesse dominando o mundo, de maneira mais cabal do que seria possível aos seus hábitos mentais.* (CANDIDO, 2004, p. 120-121; grifos meus).

A presença, em *Grande sertão: veredas*, de elementos vinculados à tradição fundada com a epopeia participa dessa mediação entre o leitor de romances e o universo dos sertanejos pobres. A tonalidade épica de que se reveste o relato do fazendeiro Riobaldo forja um ângulo familiar ao leitor culto, contribuindo para que ele tenha a *impressão* de que se encontra encurtada a abissal distância social que o separa da experiência sertaneja. Pode-se dizer, retomando os termos de Candido, que o recurso do escritor à tradição épica é uma espécie de subterfúgio que resulta em mitificação do agente da brutalidade. Narradas em clave épica, suas ações se veem, no todo, justificadas. Tanto que Riobaldo diz a seu interlocutor no último parágrafo do livro: “Amável o senhor me ouviu, minha ideia confirmou, pois não?” (ROSA, 1986, p. 538). A brutalidade de que participou e de que se beneficiou deve parecer menos brutal ao doutor esclarecido por apresentar-se, com magnitude épica, como meio para fins supostamente justos – seja “limpar estes Gerais da jagunçagem”, seja buscar a verdade sobre o bem e o mal.

Porém, por mais que o herói, ao narrar sua história, afirme compromisso com valores éticos, demonstrando esforço comovente para distinguir o bem do mal, o justo do injusto, na prática, sua travessia se efetua como escalada social individualista, à força de bala e de

subjugação dos iguais. E esse andamento do enredo fica ofuscado pela propensão à mitificação épica que perpassa a narrativa. Como notou Walnice Nogueira Galvão em *As formas do falso, o imaginário épico da cavalaria*, reeditado no romance de Rosa, constitui “uma verdadeira ‘célula ideológica’” no tecido da tradição letrada brasileira, que:

em estudos, crônica, história e ficção, pratica a analogia entre jagunço e cavaleiro andante, latifúndio e feudo, coronel e senhor feudal, sertão e mundo medieval. Essa é uma velha tradição em nossas letras, que força uma semelhança nobilitadora e minimiza a necessidade de estudar o fenômeno naquilo que tem de específico. (GALVÃO, 1972, p. 52).

Considerações finais

A mediação entre o universo sertanejo e o leitor de *Grande sertão: veredas*, forjada com elementos épicos, torna-se um ponto crítico dos mais relevantes se for considerada a finalidade autojustificadora do narrador e sua trajetória (de menino pobre e raso jagunço a proprietário de fazendas herdadas). O velho Riobaldo dignifica a própria travessia, a ascensão arrivista na qual atuou como agente da brutalidade, beneficiando-se da submissão dos sertanejos pobres e do estado de violência, que permanecem vigentes no presente da narração, ainda que de modo menos explícito. Na medida em que o leitor adere à perspectiva do fazendeiro que dignifica o próprio passado, mantém-se afastado da realidade daquele outro social que são os jagunços, os pobres do sertão – ainda que fique com a *impressão* de compreender aquele universo, dada a ambiguidade da condição de classe de Riobaldo, sustentada inclusive pela criação linguística que absorve a fala e o imaginário populares na composição erudita. O enleio com a narrativa caudalosa, que nos arrebatava quase hipnoticamente com seu lirismo e com a elevação épica da ação, parece amenizar a rudeza dos problemas sertanejos – ou brasileiros – que se perpetuam, alheios ao anúncio de novos tempos prometidos pelos arautos da transformação do estado das coisas, sempre inconclusa.

Por isso soa trágico o intento épico forjado no romance de Guimarães Rosa. A mitificação da ação de Riobaldo, a dignificação da travessia do fazendeiro ex-jagunço resulta trágica porque participa da reconfiguração do impasse insolúvel em que se constitui uma experiência coletiva que não conhece a superação do sofrimento promovido por uma violência sistêmica, uma

violência estrutural da ordem social, que é continuamente reproduzida, inclusive por meio de processos que anunciam combatê-la.

Referências Bibliográficas

ARRIGUCCI JR., Davi. O mundo misturado: romance e experiência em Guimarães Rosa. In: **Novos Estudos**. São Paulo: Cebrap, n. 40, pp. 7-29, nov. 1994.

BOLLE, Willi. **grandesertão.br: o romance de formação do Brasil**. São Paulo: Duas Cidade; Editora 34, 2004.

CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. In: **Tese e antítese**. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000, pp. 119-139.

_____. No *Grande sertão*. In: **Textos de intervenção**. Seleção, apresentação e notas de Vinícius Dantas. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002, pp. 190-192.

_____. Jagunços mineiros de Claudio a Guimarães Rosa. In: **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, pp. 99-124.

COSTA, Ana Luíza Martins. Rosa, ledor de Homero. In: **Revista USP. Dossiê 30 anos sem Guimarães Rosa**, São Paulo: USP, n. 36, pp. 46-73, dez. 1997-fev. 1998.

DACANAL, José Hildebrando. A epopeia de Riobaldo. In: **Nova narrativa épica no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, pp. 9-39.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso: um estudo sobre a ambiguidade no Grande sertão: veredas**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

LORENZ, Gunter. Diálogo com Guimarães Rosa. In: ROSA, João Guimarães. **Ficção completa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, v. 1, p. 27-61.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. Trilhas no Grande sertão. In: **Augusto dos Anjos e outros ensaios**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959, pp. 155-23.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia moderna**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.